



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

REQUERIMENTO

Ref.: Encaminhamento de demandas recebidas em audiência pública realizada pela Comissão Extraordinária de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, com o tema “Quem tem fome, tem pressa: políticas de segurança alimentar na cidade de São Paulo”.

À Sra.

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,
Berenice Maria Giannella

À Sra.

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania,
Cláudia Carletto

Ao Sr.

Secretário Municipal da Casa Civil
Ricardo Tripoli

Ilustres Secretárias e Secretário,

Na condição de Presidente, Vice-Presidente e membro da Comissão Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, apresentamos o requerimento em questão para lhes comunicar que durante a realização da Audiência Pública virtual da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, realizada no dia 09/04/2021, que tinha como tema “Quem tem fome, tem pressa: políticas de segurança alimentar na cidade de São Paulo”, chegaram ao conhecimento da referida Comissão denúncias e demandas de munícipes que estão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

em situação de insegurança alimentar, ocasionada principalmente pela perda total da renda.

Embora este poder público municipal tenha criado ações no sentido de atenuar a situação complexa de emergência enfrentada pela cidade de São Paulo devido à pandemia do coronavírus (Covid-19), certo é que o contexto em que grande parte da população da cidade de São Paulo está inserido ainda é de instabilidade socioeconômica e insegurança alimentar, especialmente no que tange o acesso a alimentos saudáveis de forma regular e em quantidade e qualidade suficientes.

Diante da urgência que a situação demanda, trouxemos abaixo um resumo das denúncias e demandas que recebemos na audiência pública a fim de que este Município, na medida da competência de cada Secretaria, responda a esta Comissão, no prazo de 7 (sete) dias, quais as providências estão sendo tomadas a respeito:

- Trabalhadores ambulantes e informais foram impedidos de trabalhar, e agora estão vulneráveis à fome. Trazem a demanda de que a solução dada com a distribuição de cartão para a alimentação tem prejudicado a cadeia de distribuição de alimentos, o qual exclui os agricultores e projetos de agricultura urbana da cidade.
- 16 Cooperativas de Recicláveis estão fechadas por conta do decreto municipal, isso tem colocado, principalmente, as mulheres que são maiorias trabalhando nesse espaço em situação de extrema vulnerabilidade e insegurança alimentar, também em razão de muitas serem idosas e chefes de família com crianças pequenas. A renda das catadoras provém unicamente desse serviço, que no geral não remunera nem para o sustento básico. É preciso regularizar/contratar as catadoras como parte do sistema de coleta seletiva da cidade;
- Os auxílios emergenciais utilizavam como critérios a existência de CPF, o que impossibilitou muitos migrantes de receberem os benefícios. Além disso, é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

perceptível que há um discurso sobre os brasileiros estarem passando fome sem incluir os migrantes que estão no território brasileiro, sobretudo mulheres que são trabalhadoras informais e crianças. É preciso incluir os migrantes no mapa e na elaboração de políticas públicas municipais;

- Na Brasilândia, o cenário é de insegurança alimentar, fome, desemprego e perda total da renda - já que a maioria são trabalhadores informais. Na região são mais de 15 mil famílias e só foram distribuídas 250 cestas básicas pela Prefeitura municipal, contudo, as entidades e organizações distribuíram 2500 cestas, 90% a mais que a prefeitura. É necessário criar pelo menos 4 cozinhas comunitárias na Brasilândia para amparar as pessoas que passam fome. Iniciativa que podem ser replicadas em outros territórios periféricos;
- É necessária a criação de uma renda básica universal para que as pessoas saiam da extrema pobreza e possam se alimentar;
- O Plano de Desenvolvimento Social Solidário ainda não foi aprovado. Em março de 2020 foi colocado a necessidade de implementação do Comitê Emergencial de Enfrentamento da Fome, mas foi negado. A rede do COMUSAN possui 180 organizações da sociedade civil que não são atendidas pelos programas municipais, em razão dos critérios dos editais que excluem pequenas entidades. Foi feito um "Mapa de ações e vulnerabilidades" da Cidade de São Paulo para entender a questão da Segurança Alimentar nos territórios. Além disso, salienta-se que só existem na cidade 1 único banco de alimentos e 2 Centros de Referência Nutricional. Precisa-se distribuir cestas de alimentos "in natura". Pensar a Política Municipal de Abastecimento junto aos agricultores urbanos e da rede Municipal de Educação;
- A demanda de gratuidade para pessoas em situação de rua nos bons pratos da cidade foi atendida institucionalmente, contudo, não houve qualquer fiscalização/monitoramento da distribuição dos "cartões de rua". A política era para atender cerca de 8 mil pessoas, mas na realidade só atende 1500 pessoas na cidade;
- As informações trazidas demonstram que não há política eficiente de abastecimento, emprego e renda na cidade. A rede de pesquisadores em soberania alimentar destaca que São Paulo não possui dados sobre insegurança alimentar com enfoque nos territórios. Precisa-se mapear, por meio de dados, a insegurança alimentar dos territórios. Fazer metas, orçamentos, objetivos concretos para solucionar os problemas, com um



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

comitê de gerenciamento de crise, crédito para pequenos negócios que estão falindo ou estão fechados, e que se articule um programa de metas que atenda as necessidades da cidade - frisa que 100 hortas urbanas anuais não são suficientes para a crise que estamos enfrentando de fome, nem a meta de alcançar 1 milhão de pessoas com programa de transferência de renda dentro dos quatro anos da gestão municipal. É necessário o fornecimento de cursos para os gestores no enfrentamento da crise de fome;

- Somente colocar a existência dos Planos de Desenvolvimento Rural e de Segurança Alimentar como garantidores de um suposto funcionamento e a integração das necessidades da base com os gestores de políticas públicas não garante segurança para as famílias vulneráveis. Deveriam haver ações coordenadas das secretarias, além de garantir a participação dos Conselhos, coisa que não está acontecendo. Os editais não coincidem com os territórios de vulnerabilidades e não há transparência dos Marcos Regulatórios dentro dos Editais;
- É necessário retomar/garantir a ação da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar;
- As pessoas LGBTs estão passando fome, visto que o setor de cultura, eventos e bares - cujo são as principais atividades de trabalho desse grupo - estão parados por conta da pandemia. Não existe qualquer auxílio ou distribuição de cestas básicas para trabalhadoras sexuais também, que estão sofrendo com a fome por conta da perda de clientes. Há urgência em uma política voltada, principalmente, para pessoas transexuais e travestis;
- Precisa-se abrir espaço para ONGS, coletivos, entidades cujo público alvo sejam pessoas LGBT para participarem dos Comitês, das ações intersectoriais, e dos editais de "financiamento" da prefeitura. Principalmente em razão das poucas ações desenvolvidas por CNPJs que atingem esse grupo, que no geral são pessoas da comunidade LGBT, que só possuem cpf, que se mobilizam para cuidar umas das outras;
- O decreto que retirou a gratuidade de um parte dos idosos ao transporte público, aprofundou a insegurança alimentar de muitos idosos. Com a pandemia, os equipamentos públicos que eram especializados em atender esse grupo foram fechados por segurança sanitária, mas em muitos casos, era onde idosos vulneráveis socialmente conseguiam ter acesso a coisas básicas, tais como banheiros, alimentação, medicação e outros serviços. A fome e insegurança alimentar aumentou para os idosos que possuem

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

imobilidades, por fim, o acesso a cestas básicas não significa que eles podem/conseguem comer, visto que preparar o alimento é uma impossibilidade. É preciso desenvolver formas de alimentar os idosos com marmitas para que as imobilidades não sejam "fomentadoras" do não acesso a alimentação;

- O Bom Prato em Paraisópolis está fechado/em reforma. Não existem espaços para cozinhar, nem como cozinhar. Os idosos estão sem medicamentos e não conseguem sair para pegar cestas básicas. As dívidas de luz e água de muitas pessoas estão altíssimas, quando a pandemia acabar, o montante que isso significará para as famílias será desesperador, provavelmente, terá cortes desses serviços em massa. É preciso criar um Comitê de crise para a questão da fome;
- Falta habitação para pessoas idosas. Muitos pagam aluguéis caros com suas rendas, então não conseguem alimentar-se direito. Faltam banheiros públicos para idosos na cidade;
- As cestas básicas distribuídas pela cidade não são suficientes para alimentar a população. Faz-se necessário garantir proteínas para as pessoas. Precisa-se distribuir proteínas (carnes e ovos) junto às cestas básicas.

No mais, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e consideração.

ERIKA HILTON

Presidenta da Comissão Extraordinária
de Direitos Humanos e Cidadania

EDUARDO SUPLICY

Vice-Presidente da Comissão Extraordinária
de Direitos Humanos e Cidadania

DR. SIDNEY CRUZ

Membro da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

LISTA DE MÚLTIPLAS ASSINATURAS REQCOM EXTRA-Dir.Human 6/2021

Autores

Ver. SIDNEY CRUZ (MDB) em 28/04/2021

Ver. ERIKA HILTON (PSOL) em 28/04/2021

Ver. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) em 11/05/2021